
MÚSICA E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL¹: UMA PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM MICROCEFALIA

Ítalo Soares da Silva²

Resumo

Este artigo é fruto da experiência vivida por um licenciando em música, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a partir do qual busca relatar e refletir sua prática docente no estágio não obrigatório da Prefeitura Municipal de Mossoró, na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência. Acompanhamos, durante o estágio, uma criança de 6 anos de idade, com microcefalia, durante o período que compreende o início do mês março até o presente momento. O objetivo desse relato é destacar as contribuições da música para o desenvolvimento desse aluno, e assim entender a microcefalia e suas abrangências físicas e cognitivas. Utilizamos o diário de estágio e a observação participante como técnica de coleta de dados, bem como uma breve revisão de literatura que versa sobre música e inclusão. Desse modo, percebemos a importância da inclusão do aluno com microcefalia, para o seu desenvolvimento, apresentando a eficácia da música com finalidade de potencializar a prática pedagógica inclusiva.

Palavras-chave: Música. Educação Musical. Educação Infantil. Inclusão. Microcefalia.

Abstract

This article is the result of the experience of a graduand in music, from the Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), which it seeks to report and reflect teaching practice in the non-mandatory internship in Mossoró's city hall, in the perspective of including people with deficiency. During the internship, a 6-year-old child with microcephaly was followed during the period from March until this day. The purpose of this report is to highlight the contributions of music to the development of this student, and thus to understand microcephaly and its physical and cognitive comprehensiveness. We used the internship diary and participant observation as a data collection technique, as well as a brief literature review on music and inclusion. Thereby, we perceive the importance of the inclusion of the student with microcephaly, for its development, with the aim of enhancing pedagogical inclusive.

Key words: Music. Musical education. Child education. Inclusion. Microcephaly.

¹ Optamos por utilizar o termo "Educação Infantil" devido a acharmos mais adequado à realidade, sendo que todo o referencial e fundamentos metodológicas para as aulas foram tomados como base no ensino infantil.

² Licenciando em Música pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. Estagiário de inclusão de pessoas com deficiência da Prefeitura Municipal de Mossoró – RN. E-mail: italo_so.silva@hotmail.com.

1. Introdução

Desde os primórdios, a música vem sendo utilizada nas culturas, seja em rituais religiosos, como instrumento de cura e também nos contextos de sociabilidade. Assim ela se tornou uma forma de linguagem que vem fazendo parte da cultura humana. Muitos dos conhecimentos musicais eram repassados de geração para geração através da transmissão musical, sendo esse um modelo no qual já ocorre um ensino e aprendizagem da música.

Partindo de princípios, políticas e práticas educativas desenvolvidas na escola, as tendências atuais têm sido notoriamente voltadas ao objetivo de promover uma escola para todos, ou seja, a escola inclusiva.

Atualmente, a música foi inserida na educação básica brasileira como componente curricular de Arte. Assim, ela deve ser trabalhada possibilitando vivenciar a música, inter-relacionada à diversidade, e desenvolver saberes musicais fundamentais para sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade, ganhando forma, sentido e significado tanto no âmbito da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais (BNCC, 2017).

Através da música, como componente curricular, devemos promover interações sociais. Assim, cabe a ela, além de desenvolver um senso crítico, também deve estimular a capacidade de socialização dos indivíduos.

Pensar em um meio socializado é um grande desafio para os professores, uma vez que atualmente após a lei de nº 13.416/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, aumentou o número de alunos com necessidades especiais, segundo dados da Secretaria de Educação da cidade de Mossoró.

A inclusão de alunos com deficiência tem sido bastante discutida nos últimos anos, no Brasil. Essa temática exige vários olhares, na perspectiva de entender como se pode e se deve ser trabalhados os conteúdos no ambiente escolar a fim de proporcionar o desenvolvimento do aluno em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Desse modo, trabalhar a inclusão dos alunos com deficiências, estimulando precocemente desde a Educação Infantil que é a primeira etapa da educação básica, proporciona um desenvolvimento significativo nos aspectos social, intelectual, motor, entre outros.

Com isso, este trabalho tem como objetivo descrever de que forma a música foi utilizada no processo de inclusão, como também sua importância na Educação Infantil. Assim, no âmbito da educação inclusiva, expomos alternativas de como se trabalhar na Educação Infantil através de uma perspectiva musical.

2. Inclusão na Educação Infantil

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, no Brasil, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, Lei nº 9.394/96, Art. 29). A aprendizagem e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras, proporcionando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer. Já no que se refere à organização curricular da Educação Infantil, ela está inter-relacionada com as outras áreas e perpassa por um conjunto de competências nas quais explicita o compromisso da educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Ao considerar que a educação constitui em direito humano fundamental, incondicional e indispensável, a Lei nº 13.416/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, sistematizou uma série de atribuições relativas aos direitos das pessoas com deficiência, destinadas a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais dessas pessoas, visando à sua inclusão social e cidadania. Desse modo, no que tange à educação, podemos perceber que o Art. 27, da Lei de nº 13.416/2015, assegura o sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda vida. Com a implementação dessa lei, foi possível notar que, atualmente nas escolas de educação básica, vem ocorrendo um grande aumento do número de matrículas de alunos com deficiência. Sendo assim, são necessários profissionais competentes para atuarem com essa especificidade.

Mesmo amparados pela lei, o que percebemos é que não há, em sua totalidade, a garantia de um ensino inclusivo nas escolas, que não ocorre por diversos fatores. Podemos destacar alguns: escolas sem acessibilidade infraestrutural; falta de materiais adequados a essa realidade; falta de acompanhamento por uma equipe de profissionais multidisciplinares; o baixo nível de preparação dos professores para lidar com essa realidade, além de outros fatores que possam contribuir cada vez mais para o desenvolvimento desses alunos.

No que se refere à preparação dos professores para essa realidade, podemos perceber as mínimas condições de trabalho que o sistema educacional brasileiro oferece a eles. Dentre os diversos problemas que afetam a educação básica, inclusive a educação inclusiva, também podemos destacar a pouca acessibilidade de cursos preparatórios e a falta de formação continuada para esses profissionais, fatores esses muitas vezes deixados de lado devido à falta

Í. S. DA SILVA

de oportunidade e à exaustiva jornada do trabalho docente. Desse modo, o que percebemos é que a lei acaba por se distanciar da realidade, pois muitos dos direitos voltados aos alunos com deficiências não são cumpridos diante da não disponibilidade de grupos de profissionais preparados para essa situação, além de outros fatores, como a carência de materiais e recursos didáticos e as limitações na parte estrutural, elementos fundamentais para uma educação de qualidade.

3. Metodologia

Este trabalho é fruto de experiência vivida entre o período que compreende os meses de março e abril de 2017 e tem como objetivo descrever de que forma a música foi utilizada no processo de inclusão, como também sua importância na Educação Infantil. Desse modo, utilizamos como instrumento para coleta de dados a observação participante, o diário de estágio e uma breve revisão de literatura que versa sobre as temáticas de educação musical, Educação Infantil, inclusão e microcefalia.

A turma na qual foi dada a prática inclusiva pertence ao 1º ano de uma escola municipal da cidade de Mossoró – RN. O estagiário, juntamente com a professora pedagoga, acompanhou um aluno com microcefalia, o qual apresentava impedimentos físicos, intelectuais, cognitivos e dificuldades de socialização. Ressaltamos que, em praticamente todas as aulas, o estagiário estava sob orientação, no acompanhamento do aluno.

Por questões éticas, durante este relato, subsequente, optamos por mencionar o aluno através de um pseudônimo (João).

4. O Estágio

A Prefeitura Municipal de Mossoró, em parceria com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), vem desenvolvendo um trabalho de estágio não obrigatório nas escolas do município, na perspectiva da inclusão de alunos com necessidades especiais. Dessa forma, alunos dos cursos de licenciaturas, através de um processo seletivo, têm a oportunidade de poder estar atuando nas escolas do município de Mossoró. Seu objetivo é promover a formação continuada de estudantes dos diversos cursos de graduação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), através do Estágio Não Obrigatório Curricular Supervisionado, em parceria com a Secretaria de Educação do Município. Devem, portanto, auxiliar o entendimento a partir do acompanhamento da pessoa com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais em espaços educacionais, com vistas a proporcionar aprendizagens básicas para alunos com algum tipo de necessidade especial.

Í. S. DA SILVA

Após a inserção dos estagiários em sala de aula, já fazendo acompanhamento com alunos especiais, os licenciandos tiveram a oportunidade de participar do curso de formação continuada sobre “Conceitos em Práticas em Educação Especial e Inclusão”, o qual foi composto por 9 módulos e oferecido durante o período que compreende os meses de setembro de 2016, com previsão de término para agosto de 2017. O curso foi promovido pela Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN) da UERN, em que cada módulo foi ministrado por profissionais competentes para abordar um tema por módulo. Os módulos consistiam em: 1 - Transtorno do Espectro Austista; 2 - Deficiência Visual: Como lidar com pessoas com deficiência visual na área da educação e espaço escolar; 2.1 - A audiodescrição e o leitor no contexto escolar; 3 - Serviço Social a serviço da inclusão; 4 - Deficiência Física: Acessibilidade e a quebra de barreiras – uma questão de efetivação de direitos; 5 - Pessoas com Síndrome de Down: limites e possibilidades; 6 - Pedagogia: Musicalização na Educação Infantil; 7 - Deficiência Auditiva – Intérpretes de Libras – Introdução ao pensamento visual; 7.1 - Módulo Instrutor de Libras: mãos que falam; 8 - Deficiência Intelectual – Transtorno do Espectro Autista (TEA): Reflexões sobre narrativas da inclusão do aluno autista para a superação das barreiras atitudinais; 9 - Pedagogia e Inclusão: estratégias para o desenvolvimento da aprendizagem.

Nos primeiros meses de estágio, foi feito o acompanhamento com um aluno deficiente mental. Em seguida, a condução do trabalho ocorreu com outro aluno que tinha microcefalia, sendo este apresentado durante todo esse relato. Durante esse período, foram registradas as atividades desenvolvidas com esse aluno, como também foi construído um diário de campo para, em seguida, fazermos um breve diagnóstico dos avanços conquistados e das maiores dificuldades encontradas por esse aluno.

Relato de experiência: a música como prática inclusiva ao aluno com microcefalia

No final do ano de 2015, começou-se no Brasil um surto com o grande número de crianças com um perímetro cefálico menor do que o normal, causando um alerta geral na população. Logo após, foi percebido que se tratava da microcefalia, cujo principal responsável pela doença é o vírus Zika.

A microcefalia é uma malformação congênita em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada. É caracterizada por um perímetro cefálico inferior ao esperado para a idade e sexo e, dependendo de sua etiologia, pode ser associada a malformações estruturais do cérebro ou ser secundária a causas diversas. (BRASIL, 2016, p.10)

Í. S. DA SILVA

Podemos perceber que tal doença vem a comprometer a parte física do ser humano e, diante disso, impossibilita a realização de alguns tipos de atividades motoras, assim dificultando o trabalho e seu acompanhamento, mas isso não se constitui barreira suficiente para excluí-lo do meio de aprendizagem.

Percebemos que a doença, por se tratar de uma má formação congênita, também pode acarretar outros tipos de alterações na formação do indivíduo, inclusive aquelas que limitam a aprendizagem.

A ocorrência de microcefalia, por si só, não significa que ocorram alterações motoras ou mentais. Crianças com perímetro cefálico abaixo da média podem ser cognitivamente normais, sobretudo se a microcefalia for de origem familiar. Contudo, a maioria dos casos de microcefalia é acompanhada de alterações motoras e cognitivas que variam de acordo com o grau de acometimento cerebral. Em geral, as crianças apresentam atraso no desenvolvimento neuropsicomotor com acometimento motor e cognitivo relevante e, em alguns casos, as funções sensitivas (audição e visão) também são comprometidas. O comprometimento cognitivo ocorre em cerca de 90% dos casos (BRASIL, 2016, p.10).

No caso do aluno João, do 1º ano, a doença veio a acarretar uma série de alterações, principalmente motoras e mentais que comprometeram sua locomoção, boa parte da visão, além da fala e parte da cognição. Porém, percebemos que sua audição não ficou comprometida. Com esse caso, verificamos que, aproximadamente 6 (seis) anos atrás, já se tinha caso de microcefalia no município de Mossoró.

Após um breve diagnóstico sobre as principais características desse aluno, identificamos que, devido à doença não ter comprometido sua audição, ele apresentava uma grande afinidade e gosto por sons e pela música. Assim, percebemos que a música poderia ser utilizada como ferramenta tanto de inclusão desse aluno em sala de aula, como também para proporcionar um desenvolvimento em diversos outros aspectos. Desse modo, apresentamos propostas iniciais de atividades musicais para que esse aluno pudesse progredir em algum aspecto que ainda não tivesse sido estimulado.

As atividades consistiram em, primeiramente, muita apreciação musical, pois a música, para aquele aluno, também causava uma sensação de tranquilidade. Em muitos dos momentos em que ele se encontrava muito inquieto e irritado com o barulho da sala de aula, a música era uma das principais ferramentas utilizadas para acalmar. Um exemplo: o que o deixava muito tranquilo era cantar a música “Parabéns pra você”, da cantiga popular. Nesses momentos de irritação, já juntávamos as mãos do aluno para ele bater palmas, enquanto cantávamos a música bem baixinho perto do seu ouvido. Logo, a música servia como um “calmante” para aquele aluno.

Inicialmente, havia uma grande rejeição de João de ficar em sala de aula com seus

Í. S. DA SILVA

amigos, e a aproximação dos alunos era quase inviável. Então, percebemos a necessidade de trabalhar a socialização naquele ambiente. Assim, juntamente com a professora da turma, propomos fazer uma atividade musical que envolvesse todos e que ele estivesse interagindo com os outros alunos, a fim de desenvolver sua socialização. Como a música era algo que lhe chamava atenção, construímos uma bandinha rítmica dentro de sala de aula, com vários instrumentos de percussão (tambores, agogô, pandeiro, reco reco, cowbel, sinos de agitação, pratos, triângulo) e flautas doces que havia na escola. No decorrer do primeiro dia, com a aplicação dessa atividade, conseguimos notar algo positivo, pois, além de estar sendo trabalhado um novo conhecimento, em sala de aula, com todos os alunos, percebemos a alegria e a participação de João diante da prática com os instrumentos. Desse modo, propomos que os alunos trocassem os instrumentos a fim de que todos pudessem ter a vivência musical com cada um deles, e então percebemos que a socialização já estava sendo trabalhada nesse aluno.

Essa atividade prática durou por várias aulas a fim de aproximar João do meio de aprendizagem escolar. Como resultado, ocorreu uma apresentação para todos os alunos da escola. Isso também veio a resultar em uma maior permanência de João em sala de aula, sendo que possibilitamos diversas vivências musicais, ao trazer para o contexto de aprendizagem o que o aluno mais se identificava, que era a música.

De acordo com os princípios de Schafer (1991):

“os ouvidos de uma pessoa verdadeiramente sensível estão sempre abertos”. Em cada momento devem-se realizar exercícios de treinamento auditivo com os sons do ambiente. É interessante coletar sons dos mais variados espaços e situações do cotidiano. “O ambiente sonoro de uma sociedade é uma fonte importante de informação”. Ouvir, escutar, sentir e perceber são os fatores mais importantes para se ter o contato inicial com a música (SCHAFER, 1991, p. 288-289).

Realizamos diversas práticas de apreciação musical e, assim, foi possível perceber o quanto a música causava sensações naquele aluno. Vimos que realmente a música despertava o seu interesse, porquanto teria sido algo que não foi trabalhado anteriormente, inclusive em sala de aula nos seus anos iniciais.

Percebíamos que trabalhar conteúdos a fim de desenvolver a escrita, raciocínio lógico e matemático, como tentamos no início do processo, era inviável a essa realidade, então buscamos desenvolver o autoconhecimento, a socialização, a percepção, o senso motor e o aspecto afetivo através da música. É fato que, por mais que o desenvolvimento em João fosse um processo demorado, e por vezes quase imperceptível, notávamos que o pouco desenvolvido seria um grande avanço para ele e de extrema significância em sua vida.

4. Resultados e Discussão

A inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar vem sendo algo recorrente na atualidade. Assim, percebemos que, além das dificuldades que o educador musical enfrentará durante toda sua prática docente, outras competências devem ser adquiridas. A Universidade do Estado Rio Grande do Norte (UERN) vem desenvolvendo um trabalho de inclusão de pessoas com deficiência, através do DAIN, e inclusive através do Departamento de Artes (DART), vem ofertando diversos cursos, como é o exemplo de musicalização para crianças, a partir da qual também promove práticas inclusivas com crianças com necessidades especiais.

Mesmo diante de algumas práticas inclusivas, que acontecem no âmbito do Curso de Licenciatura em Música da UERN e do Conservatório D'alva Stella Nogueira Freire, sendo esses os principais responsáveis pelo fazer e pela formação musical na universidade, percebemos que a Licenciatura ainda apresenta poucas disciplinas voltadas à inclusão, se restringindo a apenas uma: a de Língua Brasileira dos Sinais (Libras). Mesmo assim, percebemos uma melhora para alunos e também para a comunidade externa, no decorrer das demandas que se renovam a cada ano.

Porém, como o principal objetivo do curso é formar educadores musicais para atuação na educação básica, deveria ser trabalhada um pouco mais a formação desses profissionais para lidarem com a realidade da inclusão de pessoas com necessidades especiais, sendo essa uma das grandes exigências na educação básica.

A iniciativa e parceria da universidade com a prefeitura vêm sendo uma ótima oportunidade de mostrar, antecipadamente ao licenciando de música, a realidade e quais saberes se deve ter para atuar na educação básica. Sem dúvidas, após esse relato, percebemos o quanto é complexa essa realidade, que exige, portanto, diversas competências para lidar com alunos com necessidades especiais.

4. Considerações

Acreditamos que o estímulo precoce do aluno com microcefalia, em sala de aula e no ambiente familiar, pode promover um ganho de habilidade. Os atrasos e a não estimulação podem acarretar cada vez mais um retardo no desenvolvimento, seja ele na parte cognitiva, visual, auditiva e motora. Assim, faz-se necessário um acompanhamento com uma equipe de profissionais multidisciplinares, para que possam cada vez mais buscar os limites de aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos.

Í. S. DA SILVA

Ainda há um enorme caminho para que a educação e a educação musical cheguem a ser acessíveis a pessoas com deficiência em sua totalidade. Primeiramente, a educação no Brasil, ao longo do tempo, vem sofrendo diversas transformações e mostra que muitas das suas leis, no que se refere à educação, inclusive a educação inclusiva, não são realmente cumpridas, distanciando-se assim da realidade. Porém, percebemos o quanto é importante a inclusão de alunos com deficiência em sala de aula, pois, assim, conseguimos eliminar tudo que impeça esses alunos de serem inseridos no ambiente escolar, como também de participar das atividades trabalhadas em sala de aula.

Da mesma forma, aos cursos de licenciatura, inclusive e principalmente os de música, nos quais temos maior conhecimento, cabe reconhecer a necessidade de formação inclusiva para, assim, começarem a investir cada vez mais em disciplinas e em formação continuada para os alunos, nas perspectivas da inclusão e em práticas educativas musicais para lidar com alunos com deficiência. Assim feito, teremos cada vez mais profissionais capacitados para atuar na educação inclusiva, como também alunos com deficiência com significativos indicadores de desenvolvimento.

Referências

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 25 abril 2017.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf> Acesso em: 25 de abril de 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika. Brasília: Ministério da Saúde, 2016, 42 p. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/protocolo-sas-2.pdf>> Acesso em 25 de abril de 2017.

COFFITO. Sistema COFFITO/CREFITOs. **Diagnóstico: Microcefalia. E agora?** 2016, 12 p. Disponível em: <http://coffito.gov.br/nsite/wpcontent/uploads//comunicao/materialDownload/CartilhaMicrocefalia_Final.pdf> Acesso em 25 de abril de 2017.

JOLY, I.Z.L. **Educação e educação musical – Conhecimentos para compreender a criança e suas relações com a música**. In: HENTSCHKE, L. & DEL BEM, L. (orgs). **Ensino de música propostas para pensar e agir em sala de aula**. São Paulo: Moderna, 2003.

SCHAFFER, R. M. **O ouvido pensante**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.